

# **O Clube de Economistas e a revista *Econômica Brasileira* (1955-1962): um episódio na história do desenvolvimentismo nacionalista no Brasil**

Alexandre F. S. Andrada, Mauro Boianovsky & Andrea Cabello <sup>‡</sup>

## **Resumo**

O presente paper investiga a história do Clube de Economistas, criado no Rio de Janeiro em 1954 sob a liderança intelectual de Celso Furtado, e da revista *Econômica Brasileira*, editada pelo Clube entre 1955 e 1962. A ambição de Furtado era criar instituições desenvolvimentistas-nacionalistas alternativas àquelas representadas pela FGV-RJ e sua *Revista Brasileira de Economia*, ambas lideradas por Eugênio Gudín, e propagadoras do liberalismo econômico no Brasil. O paper se divide em três partes. Na primeira apresentamos uma análise do processo que leva à fundação do Clube e da revista. Na segunda parte, discutimos o funcionamento e a composição do Clube de Economistas. Na terceira, apresentamos e discutimos questões relativas aos artigos e aos autores publicados em *Econômica Brasileira*.

**Palavras-chave:** Celso Furtado, Clube de Economistas, *Econômica Brasileira*, Desenvolvimentismo

**JEL Code:** B20

Área 1 - História do Pensamento Econômico e Metodologia

## **Abstract**

**The Economists Club and the journal *Econômica Brasileira* (1955-1962): an episode in the history of nationalist developmentalism in Brazil.** The paper investigates the history of *Clube de Economistas*, created in Rio de Janeiro in 1954, under the intellectual leadership of Celso Furtado, and of *Econômica Brasileira* journal, edited by the *Clube* between 1955 and 1962. Furtado's goal was to create national-developmental institutions as an alternative to FGV-RJ and its *Revista Brasileira de Economia*, both led by Eugênio Gudín and supporters of economic liberalism in Brazil. The paper is divided in three parts. In the first one, we present an analysis of the process that led to the creation of the *Clube* and its journal. In the second part, we discuss the *Clube's* working and its composition. In the third part, we present and assess issues related to papers and authors published in *Econômica Brasileira*.

**Keywords:** Celso Furtado, Clube de Economistas, *Econômica Brasileira*, Developmentalism

---

<sup>‡</sup> Professores do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)  
Contatos: [afsa@unb.br](mailto:afsa@unb.br), [mboianovsky@gmail.com](mailto:mboianovsky@gmail.com) & [andrea@unb.br](mailto:andrea@unb.br)

## 1. Introdução

Em 25 de abril de 1955, Celso Furtado informou em carta para Victor Urquidí (então diretor do escritório da CEPAL no México), que “fundamos agora uma nova revista: *Econômica Brasileira*. Estou enviando-lhe um exemplar do primeiro número ... O plano está bem concebido: cada número, no correr de um ano, tem um responsável, que é designado no começo do ano. A ideia é principalmente aproveitar os subprodutos dos trabalhos do Banco [BNDE], da SUMOC e de outras organizações. Criamos um Clube de Economistas, o qual financia a revista, que não terá anúncios. Já temos 4 números programados e financiados” (Arquivos Celso Furtado). O entusiasmo de Furtado, que publicara recentemente seu livro *Economia Brasileira* (1954), não foi inteiramente confirmado, pois o Clube e a nova revista tiveram vida relativamente curta, tendo sido extintos no início dos anos 1960. Apesar de sua curta duração, o Clube de Economistas representou um significativo episódio na história do pensamento desenvolvimentista-nacionalista brasileiro.

“Clubes de economia” surgiram ao longo da história como forma de aglutinar o pensamento e debates econômicos em períodos em que não existiam ainda instituições formais na forma de sociedades ou associações de economia. O mais famoso deles foi provavelmente o “*Political Economy Club*” fundado em 1821 em Londres para funcionar como fórum de discussão da economia política clássica (Henderson 1983). No início dos anos 1880, outro “*Political Economy Club*” foi estabelecido por economistas americanos em Nova Iorque (Coats 1961). Entretanto, nenhum desses clubes era associado a uma revista. Embora a Ordem dos Economistas do Brasil e o Conselho Federal de Economia tenham sido fundados em 1935 e 1951 respectivamente, seria apenas em 1973, com o início das atividades da ANPEC, que o debate econômico no Brasil teria um fórum comparável à *American Economic Association*. Nesse sentido, o Clube de Economistas visava preencher um vazio institucional num período em que a dimensão acadêmica da atividade dos economistas era ainda incipiente, tendo em vista a inexistência de pós-graduação em economia no Brasil na época, ou mesmo tradição de cursar pós-graduação no exterior (Furtado foi provavelmente o primeiro a obter doutorado em economia, em 1947 na Sorbonne). Assim, parte substancial da produção em economia se dava no âmbito de instituições governamentais ligadas à formulação e planejamento da política econômica, além da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Com exceção de Lourdes Sola (1998, pp. 145-50) e da autobiografia de Furtado (1985), o Clube de Economistas tem sido mencionado apenas brevemente na literatura (Bielschowsky 1988, pp. 154 e 158; Loureiro 2009, p. 112). O presente *paper* investiga a história do Clube de Economistas e da revista *Econômica Brasileira (EB)*, por ele editada. O clube foi fundado em 1954 sob a liderança de Celso Furtado. Ambos foram criados como forma de dar coesão aos economistas nacionalistas do país, bem como dar-lhes um meio para divulgar suas ideias para um público mais amplo, fora dos órgãos burocráticos do governo. Trata-se de um claro contraponto à *Revista Brasileira de Economia (RBE)* editada pela FGV, sob a liderança de Eugênio Gudín, que era um órgão da divulgação das ideias liberais em nosso país.

Na próxima seção apresenta-se o contexto do surgimento do Clube e da revista, a partir do acirramento do conflito entre nacionalistas/cepalinos e os liberais da FGV. A seguir tratamos do Clube de Economistas em si. São poucas as informações sobre seu funcionamento, como são poucas as referências a ele em jornais e trabalhos acadêmicos. Na quarta seção tratamos da revista *Econômica Brasileira*. Apresentam-se aí dados sobre seu corpo editorial, os trabalhos e os autores que ali publicaram, como também se analisam com maior detalhamento alguns desses artigos. Ao final apresentam-se algumas conclusões.

## 2. Sobre os Fatos que Levaram à Fundação do Clube e da Revista

A revista *Econômica Brasileira* foi um periódico de caráter técnico-científico que circulou no país entre 1955 e 1962, sendo publicado pelo *Clube de Economistas*<sup>1</sup>, entidade criada por Celso Furtado (1920-2004). A história da revista e do Clube, pois, confunde-se com a de Furtado.

Celso Monteiro Furtado formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 1944. Em 1947 obtém seu doutoramento em Economia pela Universidade de Sorbonne. No ano seguinte, em 1948, retorna ao Brasil. E o clima que encontrara no país lhe parecia estimulante. A ideia de criar uma revista, que se concretizará quase uma década depois, já aparece. Em suas memórias, afirma: “pensei em criar uma revista com um grupo de amigos, mas o projeto consumiu-se nas longas discussões preparatórias e nas dificuldades de financiamento” (FURTADO, 1985, p. 29).

Furtado começa a trabalhar, então, na revista *Conjuntura Econômica*, lançada em novembro do ano anterior, editada pela FGV (RJ), e cujo chefe de redação era **Américo Barbosa de Oliveira**, que adiante será figura importante tanto no Clube de Economistas, como na revista *Econômica Brasileira*. De acordo com Furtado: “Se bem que editada pela FGV, a *Conjuntura Econômica* funcionava a essa época como uma entidade autônoma” (FURTADO, 1985, pp. 47-8). Em 1948 e 1949 Furtado publica seus primeiros textos na *Revista Brasileira de Economia* (RBE), também editada pela FGV, e cujo primeiro volume é de 1947.

Foi por essa época que Furtado soube da “informação de que no gabinete do Dr. Bulhões buscavam um economista para servir na nova Comissão Econômica das Nações Unidas”. Conseguindo a indicação, Furtado instala-se em 1948 em Santiago do Chile. É no ano seguinte que Raúl Prebisch – “o único economista latino americano de renome internacional” segundo Furtado (1985, p.58) se junta a CEPAL. E nesse mesmo ano faz circular o texto que ficaria conhecido como “Manifesto Latino-Americano” – o qual Furtado traduz para o português e publica na RBE em 1950 – que se torna um marco do pensamento nacionalista no continente.

A princípio as relações entre cepalinos (ou “nacionalistas”) e os liberais (ou “cosmopolitas”) da FGV eram aparentemente amistosas. Furtado, por exemplo, segue publicando na RBE. Em 1950 aparece seu texto “*Características gerais da economia brasileira*” e, em 1952, “*Formação de capital e desenvolvimento econômico*”. A convivência entre as duas correntes de pensamento parece entrar em fraco processo de desgaste a partir de 1951. Há dois eventos importantes neste ano. O primeiro evento é de natureza política, pois no dia 31 de janeiro daquele ano, inicia-se o governo democrático de Getúlio Vargas. Muda aí de patamar a polarização e a agitação política no país, processo este que desembocará no golpe militar de 1964.

O segundo evento é de caráter teórico. Em 1950 o economista Jacob Viner (1892-1970) realizou uma série de conferências na FGV, as quais são publicadas em um volume da RBE em 1951. Essas conferências, diz Furtado, “enfeixavam uma bela e rigorosa exposição do pensamento ortodoxo”. E mais, “uma das conferências foi dedicada a demonstrar a total falta de fundamento das disquisições de Prebisch, esse heresiarca que estava confundindo os espíritos despreparados”. (FURTADO, 1985, p. 139). Foi por essa época, diz Furtado, que ele se convenceu de que: “...carecia de sentido discutir com o Professor Gudín sobre certas matérias. O que devia preocupar era a influência que ele tinha, que traduzia a preeminência do complexo primário-exportador na visão do Brasil”. (FURTADO, 1985, pp. 142-3)

Em 1951 outro economista de peso visita a FGV: Ragnar Nurkse, professor da Universidade de Columbia, que tratou de questões relativas ao subdesenvolvimento e comércio internacional. Essas conferências foram publicadas na sequência das de Viner. As ideias de Nurkse instigaram Furtado. “Decidi-me a comentá-las, aproveitando a oportunidade para expor algumas idéias pessoais. Rompia-se o diálogo de surdos...”. Furtado escreve sua análise que é publicada na RBE em 1952, sob o título “*Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico*”, que viria a se tornar um dos capítulos de seu livro *A Economia Brasileira* de 1954. No ano seguinte surge a tréplica de NURKSE (1953, pp. 77-8), um texto de tom bastante amistoso, elogiando inclusive “a contribuição valiosa de Furtado”, para estimular o autor a desenvolver alguns pontos tratados em sua série de conferências.

---

<sup>1</sup> O grupo intitulava-se oficialmente Clube de Economistas, porém são abundantes as referências ao Clube dos Economistas, inclusive em textos assinados pelo próprio órgão.

Esse número da RBE será a gota d'água para Furtado, não por conta do texto de Nurske, mas porque é aí que aparecem também artigos de E. M. Bernstein, Robert E. Baldwin e Eugênio Gudín. O trabalho de Baldwin tratava do “comportamento secular da relação de trocas”, apresentando números que buscavam refutar a tese da tendência à deterioração dos termos de troca, cara à CEPAL. Bernstein, por seu turno, era “um dos formuladores da versão monetarista do FMI, onde ocupava cargo elevado”. Segundo Furtado, ali via-se que “as baterias ortodoxas estavam assestadas para todos os lados”. Mas foi o trabalho de Gudín – intitulado “*O Caso das Nações Subdesenvolvidas*” – que mais desconforto causou a Furtado. Partindo de um determinismo geográfico algo antiquado para os anos 1950, GUDÍN (1952, pp. 49-50) afirma que, por exemplo, que o “problema fundamental do progresso econômico não depende senão subsidiariamente de medias econômicas relativas, por exemplo, ao comércio internacional, às instituições monetárias ou aos ciclos dos negócios”. E mais, “Não há como negar que o desenvolvimento econômico é principalmente função do clima, dos recursos da natureza e do relevo do solo”. Por essas questões geográficas – dizia – era que não era por acaso que a “civilização ocidental se desenvolvera unicamente fora da zona tropical”. Para Furtado isso era como se Gudín “estivesse nos lembrando, delicadamente, que somos um povo de segunda classe”. Ademais, tornou-se claro que “o Prof. Gudín voltava-se para a CEPAL, essa instituição extraviada, e ditava o que lhe convinha fazer: primeiro preocupar-se com a inflação...; segundo, combater o ‘naconalismo, manifestação da burrice coletiva’” e, por fim, “preocupar-se com a ‘excessiva proteção ao produtor ineficiente, o que permite e dá lugar a um... grande desperdício de fatores escassos’”. (FURTADO, 1985, p. 157)

É por conta desse artigo de 1952 que Furtado se convence como de maneira “definitiva” da inutilidade do debate com os liberais da FGV e da necessidade de um meio alternativo para divulgar as ideias nacionalistas no país. Furtado só voltará a publicar um artigo na RBE em 1968, ou seja, mais de uma década após esse episódio<sup>2</sup>. Nas palavras de Furtado: “Depois do artigo do Prof. Gudín sobre ‘o caso das nações subdesenvolvidas, convenci-me que era indispensável que criássemos uma nova revista”.

Por conta do projeto conjunto CEPAL-BNDE, Furtado volta a se fixar na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1953. Falando ainda da polarização, diz que “na Fundação Getúlio Vargas houve um remanejamento geral, mesclando-se o desejo de modernização com a preocupação de purga<sup>3</sup> ideológica”. É neste momento que Américo Barbosa de Oliveira sai de *Conjuntura Econômica*. Américo, porém, tinha ainda cargo no BNDE, “na seção de renda nacional do Banco”. Junto com ele trabalhava também José Pelúcio Ferreira, que também fará parte do Clube e do corpo editorial da revista por ele editada. (FURTADO, 1985, pp. 163-171)

É então, nesse contexto, que o projeto de lançar *Econômica Brasileira* se sedimenta. E tanto Accioly Borges, quanto Jesus Soares Pereira – que como Américo, foram vítimas do “expurgo” – serão integrantes fundadores, tanto do Clube, como da revista. Em 1954 Furtado publica sua obra *A Economia Brasileira*, a qual, em suas palavras: “...difundia uma linha de pensamento em clara oposição à escola ortodoxa, dominando as publicações da Fundação Getúlio Vargas” (FURTADO, 1985, p. 173). Apesar da repercussão do livro, Furtado e os economistas nacionalistas brasileiros estavam, em geral, fora da academia, o que reduzia a amplitude do alcance daquela mensagem.

“O interesse despertado foi grande, mas como praticamente não tínhamos contato com o mundo universitário, os debates em torno da nova linha de pensamento circunscreviam-se a ambientes com pouco poder de irradiação. Pareceu-se oportuno que estabelecêssemos algum vínculo entre os que se interessavam pela nova forma de abordar os problemas econômicos e que dispuséssemos de um órgão para veicular nossas idéias. Decidiu-se que criaríamos uma

<sup>2</sup> Trata-se de “*Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina*”, texto escrito em parceria com Andrea Maneschi.

<sup>3</sup> Esse processo de “purga” é assim descrito por Jorge Flôres, um dos fundadores da FGV-RJ: “Depois ele [Américo Barbosa] inventou, com o Lewinsohn, de criar aqui a “*Conjuntura Social*”, que era uma parte final da *Conjuntura Econômica*. Encheu isso aqui de socialistas, trouxe inclusive o Celso Furtado. A “*Conjuntura Social*” começou a publicar coisas cada vez mais esquisitas, até que publicou um artigo dizendo, não sei com base em quê, que nos países socialistas não havia inflação, que a inflação só existia nos países capitalistas. Quando li aquele negócio mal argumentado, peguei meu carro e vim da Sul América para cá. Cheguei e já encontrei Gudín falando sobre o assunto com Simões. Resolvemos na hora fechar a “*Conjuntura Social*” e demitir todos os seus componentes. A gota d'água foi esse artigo, mas na verdade não estávamos nada satisfeitos com o trabalho desse grupo: Thomaz Pompeu Accioly (sic) Borges, Jesus Soares Pereira e outros”. (FLORES, Jorge in D'Araújo, 1999, p. 69-70)

sociedade civil e para nos afastarmos dos padrões corporativistas intitulamo-la de Clube de Economistas, cuja presidência assumo. O número de membros foi fixado em 40 e logo preenchido. A tarefa imediata do Clube seria editar uma nova revista, que circularia trimestralmente sob o título de *Econômica Brasileira*. O comitê de direção ficou constituído de Américo Barbosa de Oliveira, Eduardo Sobral, Sidney Latini e eu mesmo” (FURTADO, 1985, p. 172)

Em suma, o Clube e a revista são frutos da progressiva degradação da relação entre nacionalistas e liberais – ou “nacionalistas” e “cosmopolitas” – provocada pelo acirramento do clima político no país<sup>4</sup>, e de suas consequências sobre o campo da teoria e da política econômica. Enquanto os liberais tinham uma sólida estrutura de propagação de suas ideias – FGV, *Conjuntura Econômica* e RBE –, os nacionalistas buscavam construir algo semelhante.

### 3. O Clube de Economistas

Em 1956 o *International Social Science Bulletin* (volume 8, p. 389), editado pela UNESCO, publica notícia intitulada “The Clube de Economistas (Rio de Janeiro, Brazil)”:

“The Clube de Economistas (Economists’ Club) was founded as a non-profit making corporation at the instance of a group of economists from the principal research institutes in Rio de Janeiro. Its object is to raise the standard of economic studies in Brazil. In pursuit of this aim, the club proposes (a) to serve as a documentation centre for the assistance of all persons carrying out research in economics; (b) to effect exchanges with all bodies, official or private, in Brazil or abroad, pursuing economic studies; (c) to promote meetings, conferences, seminars, course and congresses for the purpose of spreading economic knowledge; (d) to issue a quarterly review, *Economica Brasileira*, for the publication of original papers and translations of genuine significance for the advancement of economic studies in Brazil. The club intends to seek exchange of publications with other like bodies. So far, four numbers of its review have appeared”. (Unesco, 1956)

Apesar de seus objetivos ambiciosos, aparentemente apenas o item “d” foi atingido. São poucas as informações sobre o funcionamento efetivo do Clube, pois não existem registros ou memória oral de suas reuniões e atividades. No acervo dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, não encontrou-se qualquer menção a ele. Na revista *Conjuntura Econômica*, tampouco obtivemos sucesso. Na revista *Observador Econômico e Financeiro* e no jornal *Correio da Manhã* (RJ) há, no total, seis menções, que se resumem a divulgação dos números mais recentes da revista *Econômica Brasileira*. No jornal *Diário Carioca* (RJ) encontramos três referências ao Clube, mas penas para descrever a qualificação e o currículo dos economistas por ele entrevistados em diferentes circunstâncias: Ricardo Moura<sup>5</sup>, Américo Barbosa e Sydney Latini. No jornal *Diário de Notícias* (RJ) encontramos uma referência, essa mais relevante. No dia 16 de abril de 1955, lê-se:

“Surgiu anteontem no Rio uma nova revista especializada: ‘Econômica Brasileira’ ...Reúne um corpo redatorial do qual fazem parte economistas que ocupam hoje posições de destaque, quase todos eles conhecidos já por publicações e trabalhos de diversa natureza ligados à profissão. [...] Em nosso modesto meio cultura, o aparecimento de ‘Econômica Brasileira’ é, sem dúvida, um acontecimento relevante. [...] Esperamos que ‘Econômica Brasileira’, tenha vida longa. [...] Muito vai depender a sua vida, porém, da contribuição ativa que lhe derem leitores e assinantes, tanto do ponto de vista material, como por meio de críticas e sugestões... São relativamente poucos, por enquanto, os que em nosso país se interessam pela Economia, mas neles é grande a sede de conhecimentos...” (Diário de Notícias, 16/04/1955, p. 6)

O texto já coloca EB como uma espécie de antagonista da RBE. Após reclamar da publicação de conferências de professores estrangeiros naquela última, que diz o autor não acrescentavam nada de novo, diz: “Com a nova revista do Clube de Economistas ..., talvez a ‘Revista Brasileira de Economia’ venha a

<sup>4</sup> “The theoretical differences among economists were intensified by the political disputes of Vargas’s second administration (1951-1954)”. (LOUREIRO, 2010, p. 111)

<sup>5</sup> “As opiniões publicadas hoje provêm de um economista com larga experiência, exercitada em funções na SUMOC e outros órgãos, nos assuntos relativos a balanço de pagamentos e investimentos estrangeiros. O sr. Ricardo Moura é autor de importante estudo sobre a legislação que regula a entrada de capitais estrangeiros no país, publicado na revista ‘Econômica Brasileira’, do Clube dos Economistas”. (DC, 20/10/1957, p. 2)

mover-se com maior vivacidade, justificando o título e seu passado que lhe reservam lugar na primeira linha da ciência brasileira”. (Diário de Notícias, 16/04/1955, p. 6)

Até mesmo nas páginas de *Econômica Brasileira* são poucas as informações sobre o Clube. Na primeira edição da revista publicou-se o estatuto da organização. Diz seu artigo primeiro: “Por iniciativa de um grupo de economistas do Rio de Janeiro foi criada, no dia 7 de fevereiro passado, uma organização de objetivos culturais sob a designação de Clube de Economistas”. Adiante, lê-se: “A primeira diretoria eleita e empossada naquele dia, está constituída como segue: Presidente: Américo Barbosa de Oliveira, Conselho Deliberativo: Celso Furtado, Eduardo Sobra, Sydney Latini e Pompeu Accioly Borges”.

Américo, como vimos, foi o primeiro redator-chefe de *Conjuntura Econômica*. Durante o governo Vargas (1951-1954), trabalhara na Assessoria da Presidência da República, chefiada então por Rômulo de Almeida, a qual contava ainda em seus quadros com Cleantho de Paiva Leite<sup>6</sup>, Ewaldo Correia Lima<sup>7</sup>, Jesus Soares Pereira<sup>8</sup> e Ignácio Rangel<sup>9</sup>. Formando em engenharia civil, especializou-se em Economia na França, na Universidade de Sorbonne. Em 1955 é aprovado no concurso do BNDE, tornando-se um dos chefes da área de Contabilidade Nacional do Banco.

Sydney Latini foi Chefe da Divisão de Balanço de Pagamentos e editor do *Boletim* da SUMOC, redator da revista *Desenvolvimento & Conjuntura* e editor da revista *Econômica Brasileira*, do Clube dos Economistas”Durante o governo JK (1956-1961) foi secretário-executivo do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) entre 1957 e 1963, órgão responsável pelo planejamento e execução da política industrial da área automobilística, um dos grandes marcos daquele governo.

O cearense Thomaz Pompeu Accioly Borges (1908-1986) era engenheiro e economista. Acusado de fazer parte do PCB foi preso em 1936 e julgado no ano seguinte. Condenado, fugiu do país, refugiando-se inicialmente na embaixada do Peru. Trabalhou na FGV e em *Conjuntura Econômica* entre 1945 e 1958, como funcionário do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCOS) e do Banco do Nordeste, além de ter sido chefe do Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais. Foi também membro do Grupo de Trabalho criado no governo Jânio Quadros (1961) para formulação do Estatuto da Terra.

Os objetivos do Clube, de acordo com o artigo segundo, eram aqueles quatro apontados no trecho do *International Social Science Bulletin*. O papel do Conselho Deliberativo, formado por cinco membros era o de:

I – Aprovar a nomeação, efetuada pelo Presidente, de procuradores judiciais, representantes e sócios correspondentes;

---

<sup>6</sup> “**Cleantho de Paiva Leite (1922-1993)** – Nascido na Paraíba, Cleantho de Paiva Leite foi jornalista, advogado, economista, administrador, professor e articulador político. Formou-se em direito pela Faculdade do Recife, em 1945. No ano seguinte, fixou-se no Rio de Janeiro. Antes, em 1937, ocupara os cargos de bibliotecário do Estado e diretor do DASP; no Recife, foi redator do Diário de Pernambuco. A partir de 1946, já estabelecido na capital da República, exerceu a direção do DASP e a assessoria da Presidência da República, no governo JK, de 1955 a 1960; foi chefe de gabinete do ministro da Viação; diretor do BNDES e do BID. Ajudou a criar o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)”. (CAPUTO & COSTA, 2009, p. 321)

<sup>7</sup> “**Ewaldo Correia Lima (1915-1992)** – Economista do Grupo de Itatiaia, participou da fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955. Fez parte do grupo que assessorou Rômulo de Almeida quando este, indicado por Euvaldo Lodi, assumiu a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) –durante o segundo governo Vargas –, de onde saíram os projetos de criação da Petrobras e da Eletrobrás. Foi diretor executivo do BNDE e, até 1976, exerceu o cargo de gerente de operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD)”. (CAPUTO & COSTA, 2009, p. 337)

<sup>8</sup> “**Jesus Soares Pereira (1910-1974)** – Cientista político cearense, Jesus Soares Pereira trabalhou no início de sua carreira no Ministério da Agricultura, no Departamento Nacional de Produção Mineral, na Secretaria de Agricultura e no Conselho Federal de Comércio Exterior. Foi um dos técnicos convocados a participar da Assembleia Nacional Constituinte em 1946. Economista autodidata, em 1947 foi convidado para trabalhar na FGV e nesse mesmo ano foi nomeado diretor do Instituto Nacional do ho. Em 1951, passou para a Assessoria Econômica de Getúlio Vargas, dedicando-se aos projetos energéticos. Assumiu a chefia da Assessoria em 1953, em substituição a Rômulo Almeida, que foi para a presidência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Assim permaneceu até o suicídio de Vargas. Retornou para o Ministério da Agricultura e em seguida passou a representar o BNB no Rio de Janeiro. Em 1956 foi designado para coordenar a assessoria técnica do Ministério de Viação e Obras Públicas; pouco depois foi nomeado representante desse Ministério no Conselho Nacional de Petróleo (CNP), onde permaneceu até 1959. Em 1962 passou a integrar os quadros da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN). Com o golpe de 1964 foi afastado do cargo, perdeu direitos políticos e exilou-se no Chile. Retornou ao Brasil em 1969 e dedicou-se a algumas publicações.” (CAPUTO & COSTA, 2009, p. 355-6)

<sup>9</sup> Tavares (2010, p. 40)

II – Atuar como Conselho Diretivo da Revista, cabendo-lhe nessa qualidade aprovar os trabalhos a serem publicados; cada membro do Conselho Diretivo, excetuando-se o presidente, será responsável anualmente, pela organização de um número da Revista; III – Aprovar o plano anual de distribuição de tarefas para publicação da Revista, elaborada pelo Presidente.

Os sócios do clube se dividiriam em três categorias: os efetivos, que são aqueles que assinaram o Estatuto e os que forem admitidos pela Assembleia, sempre que esta julgar conveniente ampliar o quadro de sócios; os correspondentes, que são aqueles indicados pelo presidente e aceitos pelo Conselho Deliberativo, e; os honorários, definidos pela Assembleia Geral do Clube.

O último tópico do Estatuto, denominado Disposições Gerais, traz as seguintes informações:

Art. 15 – Com o objetivo de financiar a revista em seu primeiro ano de circulação, cada sócio fundador fará ao Clube um empréstimo, sem juros, de 5 mil cruzeiros, em prestações bi-mestrais de 1.000 cruzeiros a começar de março de 1955. Parágrafo único – O reembolso desse empréstimo será efetivado nos próximos cinco anos, na forma que decida a Assembléia Geral e sempre que esta por maioria de dois terços dos sócios efetivos não determine a ampliação daquele prazo.

Ou seja, o capital inicial para tocar a publicação da Revista saiu de doações dos próprios fundadores, tal como Furtado dissera em sua carta a Urquidí. Isso explica, ao menos em parte, as dificuldades financeiras que *Econômica Brasileira* atravessará desde seu início. As assinaturas anuais, a título de curiosidade, no ano de 1955, custavam 120 cruzeiros. Segundo LOUREIRO (2010) “o clube de economistas ...estava em uma situação precária desde o seu início, devido às dificuldades de obter apoio financeiro para *Econômica Brasileira*”.

No número de Julho-Dezembro de 1959 de EB, aparece a segunda menção explícita ao funcionamento do Clube. Publica-se naquela ocasião a “*Ata da oitava Assembléia Geral do Clube de Economistas*”, ocorrida no dia 27 de maio de 1960<sup>10</sup> na cidade do Rio de Janeiro. Os tópicos discutidos foram:

“(a) aprovação dos novos membros do Clube, indicados pelos atuais sócios, nos termos da resolução aprovada pela Sétima Assembléia; (b) eleição da Diretoria para o período de fevereiro de 1960 a fevereiro de 1961; (c) sede do Clube; (d) discussão de programa de ampliação do quadro de assinantes da Revista e de expansão das atividades do Clube”

Foram aprovados 27 novos sócios<sup>11</sup>. Em relação à diretoria, decidiu-se que Celso Furtado seria o presidente, **José Pelúcio** o Diretor-Tesoureiro, **Luiz Carlos Andrade** o Diretor-Secretário e que o Comitê de Redação ficaria por conta de Américo Barbosa, **Guilherme Pegurier**, Annibal Villela e Edwaldo Lima. **Luiz Carlos de Andrade** ficaria responsável por encaminhar “um plano de expansão da *Econômica Brasileira*, inclusive com a formação de um esquema de auto-financiamento das edições e maior penetração da Revista nos meios técnicos e profissionais”. Sobre o endereço, finalmente, decidiu-se que a sede do Clube seria transferida para a Avenida Graça Aranha, no mesmo escritório no qual funcionava a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). A sede primeira ficava na rua Sete de Setembro, 48, sala 608, também na então capital federal.

Ainda segundo Furtado<sup>12</sup>, “nosso clube tinha mais a ver com o clube político francês – que pode ter enorme influência política... como por exemplo o Clube de Engenheiros e o Clube Militar... mas de uma cepa diferente.... De resto, a fanco-maçonaria sempre se assemelhou a esse tipo de coisa, a diferença é que era secreta.”. Além de valores comuns, Sola (1998) também enfatiza as relações pessoais que o grupo propiciava. Para ela, esse tipo de recrutamento estava relacionado com a precária base de formação de quadros técnicos que impedia que requisitos baseados em educação formal fossem utilizados. Ela também defende um papel de comunidade, com uma “rede de solidariedade informal”:

“...uma das funções mais importantes do Clube dos Economistas consistiu em garantir um canal mais eficiente e mais confiável entre seus principais integrantes e as estruturas do Estado. Graças a isso, assegurava um fluxo

<sup>10</sup> *Econômica Brasileira* passou por atrasos em sua publicação. Trataremos dessa questão com mais detalhe na sessão seguinte.

<sup>11</sup> Os nomes aprovados são aqueles que constam na **Tabela 1** como “entrada posterior (EP)”.

<sup>12</sup> Em entrevista publicada em Sola (1998), de 9 e 10 de maio de 1977.

rápido de informações técnicas, confiabilidade quanto à sua exatidão, sigilo quando necessário e reciprocidade de apoio. Inversamente, representava também uma proteção semi-organizada contra a interferência, sabotagem e retenção de informações pelos membros de grupos técnicos (ou políticos) não identificados com seu ideário. Além disso, uma vez na cúpula das estruturas burocráticas pertinentes, a escolha de colaboradores também seria facilitada ou mesmo rotinizada pelo tipo de credenciamento outorgado pelo pertencimento ao Clube ou pela proximidade intelectual e ideológica com seus membros” (Sola, 1998, p. 147 – grifo no original).

As análises acadêmicas de maior profundidade sobre o *Clube* são também escassas. Destacam-se os trabalhos de Bielschowsky (1988), Sola (1998) e Loureiro (2009). Bielschowsky (1988, pp. 154 e 158) considera a EB “a principal difusora das ideias cepalinas no Brasil” naquele período, enquanto o Clube “congregava a nata dos técnicos desenvolvimentistas que serviam o governo federal no Rio de Janeiro”.

Sola (1998, pp. 89-96) classifica o Clube ora como uma associação “semiformal”, ora como “informal” de autores nacionalistas, mas “altamente politizada”. Diz ainda que a partir das evidências disponíveis, “os critérios de admissão ao clube eram informais”, levando-se em conta “a experiência técnica do candidato” e a “certeza absoluta de seu compromisso como os princípios ideológicos e as premissas analíticas pertinentes”. Ou seja, havia a dimensão ideológica do apreço ao nacionalismo econômico e, “em segundo lugar” uma abordagem “da política econômica baseada na teoria keynesiana”. A autora destaca também a dimensão das relações sociais entre os membros do grupo, através de um processo de socialização “no interior dos aparelhos burocráticos”. Aparelhos burocráticos que ainda estavam em formação (com ilhas de excelência como o BNDE e a SUMOC), bem como a própria competência técnica dos economistas no Brasil. À época, como bem afirma Sola, o saber econômico via de regra era adquirido “*on demand*” e aperfeiçoado “*on the job*”. (SOLA, 1998, p. 145).

“Pode-se concluir, assim, que uma das funções mais importantes do Clube dos Economistas consistiu em garantir um canal mais eficiente e mais confiável entre seus principais integrantes e as estruturas do Estado. Graças a isso, assegurava um fluxo rápido de informações técnicas, confiabilidade quanto à sua exatidão, sigilo quando necessário e reciprocidade de apoio. Inversamente, representava também uma proteção semi-organizada contra a interferência, sabotagem e retenção de informações pelos membros dos grupos técnicos (ou políticos) não identificados com seu ideário. Além disso, uma vez na cúpula das estruturas burocráticas pertinentes, a escolha de colaboradores também seria facilitada ou mesmo rotinizada pelo tipo de credenciamento outorgado pelo pertencimento ao Clube e pela proximidade intelectual e ideológica com seus membros”. (SOLA, 1998, p.147)

Loureiro (2009) destaca que os laços entre os membros do Clube eram mais frágeis e débeis que aqueles entre os liberais em termos institucionais. Segundo a autora: “Celso Furtado, one of the few associated with CEPAL, tried to assert influence through the mixed BNDE-CEPAL Group, through SUDENE ... at the end of the 1950s, and through Planning Secretariat of the Goulart administration...”. (LOUREIRO, 2010, p. 112).

“Desse modo, o Clube dos Economistas, como embrião de uma escola de pensamento, começou a atrair para sua esfera gravitacional técnicos nacionalistas que, de outra forma, permaneceriam dispersos em seus respectivos redutos profissionais. É nesse sentido que cabe interpretar o Clube como um mecanismo de agregação, embora não-institucionalizado, cuja função era também a de compensar a dispersão dos diferentes recursos e ‘competências’ intelectuais e técnicas ...que prevaleceu até o governo Kubitschek. Mais interessante ainda, passou a representar um mecanismo mais eficiente para *compensar o estado de dispersão ideológica (e política)* em que se encontravam os adeptos do nacionalismo. Desde o início ele fora concebido como um ‘clube político’ ...cuja função dominante seria servir como ‘*um pool de recursos políticos*’” (SOLA, 1998, p. 149)

Ou seja, havia ainda essa segunda função a ser desempenhada pelo Clube, “de natureza para-acadêmica, pois desde seu início fora concebido como um embrião de uma *escola de pensamento*”. Abarcando as duas dimensões do termo, que segundo a autora seriam: (i) “centro de articulação e debate” sobre a literatura pertinente, e; (ii) “transmissor de princípios e procedimentos científicos” a serem utilizados para capturar a realidade. Isso também envolvia outra pergunta fundamental à época – segundo a autora – que dizia respeito a definição do papel e da função do economista em um país subdesenvolvido como o Brasil.

Sobre aquele último tópico – o papel do economista – vale a análise de alguns artigos publicados em EB. Na primeira edição revista, por exemplo, publica-se um texto intitulado “*A Missão do Economista*”



de autoria de Paulo Pereira Lira. O autor começa afirmando que ao contrário da figura do Médico, do Advogado ou do Engenheiro, “não existe formada no grupo social em que vivemos a noção exata do Economista”. Lira afirma que o mercado de trabalho para os economistas era “de vendedores”, de modo que “o volume de procura pelos seus serviços é maior que o volume de oferta”, e que este fenômeno se devia ao aumento no número de “compradores”, notadamente o governo e as grandes empresas privadas. A partir daí o autor faz uma apresentação das questões da Economia que são essencialmente uma reprodução do manifesto metodológico de Lionel Robbins publicado em 1932. Conclui, então, que o papel do economista seria o de “apontar o processo mais econômico” para a concretização do fim desejado pela comunidade, como também determinar “até que ponto os fins propostos são compatíveis entre si” (LIRA, 1955, pp. 30-2).

Na edição de janeiro-junho de 1960 aparece o texto “*O Economista e o Desenvolvimento Econômico*” de D. A. Nunes de Gaspar. O texto é a reprodução de uma aula inaugural proferida pelo autor na Faculdade de Economia da PUC-SP. Passando em revista a história recente da profissão de economista, o autor chega a contribuição de Keynes e as transformações que ela provocou no campo das ideias e do papel do economista na sociedade. Entre elas, a de fazer “admitir o reconhecimento e que ao Estado incumbe, como primeira responsabilidade social, interferir no mundo do comportamento econômico, a fim de preservar o mais alto nível de atividade...[e] assegurar a maior quota-parte possível a cada membro da comunidade”. Essa transformação transformou a função do economista, pois não mais se a estuda “apenas para compreender o mundo”, de maneira que “atual nele é nossa tarefa maior”. De acordo com o autor, assim como se definiu nos países desenvolvidos que é papel do Estado garantir o pleno emprego, nos países subdesenvolvidos inferiu-se que “o Estado é responsável pela promoção do desenvolvimento econômico, e que este processo só pode ser atingido pelo estabelecimento de um processo de planejamento global da economia”. (GASPAR, 1960, p. 34-5).

Considerando a composição do Clube, Sola (1998) e Loureiro (1992) destacam a grande presença de economistas vindos de regiões mais periféricas no debate econômico, como o Nordeste, Mato Grosso e Goiás, o que aliado ao fato da academia no Rio de Janeiro ser controlada por economistas de tradição neoclássica, daria urgência a essa vontade de criar um pensamento próprio<sup>13</sup>. Loureiro (1992) também observa que a maior parte dos integrantes não tinham treinamento formal em Economia (em geral, eram de áreas humanísticas) e que alguns colaboradores como Ignácio Rangel e Rômulo de Almeida sofreram ainda perseguições políticas, o que segundo essa autoria, teria moldado o pensamento e a crítica do grupo.

Sola (1998) reproduz uma entrevista de Celso Furtado sobre o tema em que é nítida a preocupação do grupo de formar uma escola de pensamento, com a produção de pesquisa sistemática sobre a realidade econômica do país:

“Não havia chance de luta política interna entre nós. Não éramos como o ISEB (Instituto Social de Estudos Brasileiros), que tinha um projeto *partisan* e estava envolvido diretamente com a ação política. Estávamos preocupados em desenvolver uma escola de pensamento influente, mas não importava se algum membro aderisse a este ou àquele partido. Não quero exagerar a importância do grupo em redor da Revista e do Clube, mas havia realmente vínculos importantes: as pessoas trocavam informação de forma sistemática quando fui dirigir a Sudene, todos me apoiaram e garantiram uma colaboração espontânea, que me ajudou enormemente em meu trabalho. [...] “Eu era o representante mais conspícuo do grupo. Mais tarde, tornei-me um ministro do governo sem jamais ter pertencido a um partido político [...]. Como poderia ter concebido o Plano Trienal em três meses sem toda essa [...] gente me apoiando, de todos os lados, pessoas de várias gerações, sem qualquer apoio institucional de monta.” (FURTADO *in* SOLA, 1998, p. 147-148)

A relação do Clube com o ISEB é citada por Loureiro (1997), que enfatiza uma aproximação de Furtado com membros do ISEB, criado à mesma época que o *Clube*, devido à partilha de interesses nacionalistas contrários à visão da “direita entreguista”. Bresser-Pereira (2005) caracteriza a relação do ISEB com a CEPAL como algo extremamente próximo, quase de complementação.

Vale lembrar que o ISEB surgiu como um desenvolvimento do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia Sociológica e Política), fundado em 1953 pelo grupo de intelectuais cariocas intitulados ‘grupo

<sup>13</sup> Segundo Sola (1998), esse argumento foi proposto pelos membros do Clube entrevistados por ela e comprovado ao se analisar suas origens.

de Itatiaia<sup>14</sup>, e que publicou entre sua fundação e o ano de 1956 a revista *Cadernos de Nosso Tempo*. O IBESP já mantinha relações próximas com o grupo da CEPAL. Em 1954, por exemplo, o Instituto realizou um curso aberto ao público, cujos palestrantes eram, entre outros, Raúl Prebisch, San Thiago Dantas, Ewaldo Correia Lima, Hélio Jaguaribe, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Florestan Fernandes<sup>15</sup>.

O Clube de Economista, portanto, servia como uma forma de aglutinar os intelectuais de viés nacionalista (keynesiano e cepalino) no Brasil, bem como estimular o debate, a produção técnico-científica, de forma a fornecer respostas alternativas às do liberalismo aos problemas do Brasil. Um grupo de ação que visava também criar um saber econômico a partir da realidade do subdesenvolvimento brasileiro, em vez de importar fórmulas prontas vindas das principais universidades americanas. Afinal, a ideia que o saber econômico é histórico-relativo é cara aos nacionalistas.

#### 4. Econômica Brasileira

A Revista *Econômica Brasileira* foi publicada entre 1955 e 1962 (8 volumes no total) contando com 12 números simples e 9 números duplos. A ocorrência de números duplos inicia-se em 1957 e é sempre creditada a dificuldades inicialmente não explicitamente especificadas de publicações<sup>16</sup>. É apenas na primeira edição de 1960 que se fala abertamente sobre dificuldades financeiras<sup>17</sup>. Faz-se aí um apelo aos assinantes, para que eles consigam uma nova assinatura adicional para a revista. A qual, diz-se, seria custeada com o dinheiro de “seus fundadores e de seus assinantes”. Curioso, porém, é o fato de *Econômica Brasileira* contar com um número não desprezível de anunciantes em suas páginas, apesar da referência de Furtado – em sua carta a Urquidí – de que a revista não teria anúncios. Por exemplo, em seu primeiro exemplar de 1957 há reclames do BNDE e da CNI, órgãos dos quais, como vimos, saíram vários dos membros do Clube. Aparecem ainda reclames de empresas como da “Serviços Técnicos de Organização – assistência técnica a organizações privadas e governamentais”, SPL (Serviços de Planejamento). Nos números de 1959 já aparecem anúncios da Ecotec (Economia e Engenharia Industrial S.A.), da Fábrica Nacional de Motores S.A., do Frigorífico Minas Gerais S.A., da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, Banco de Minas Gerais, da CASSENER – Economistas e Auditores, Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A. Esses anúncios – com pequena variação de quantidade – perduram por toda a existência da revista.

No primeiro volume de *Econômica Brasileira*, há um convite à colaboração espontânea de todas as pessoas que se interessam pela compreensão de nossa realidade econômica e pelos problemas do desenvolvimento da economia brasileira”, além de um texto introdutório de apresentação que mostra uma preocupação da publicação com a profissionalização da Economia no Brasil:

“O desenvolvimento que vem tomando no Brasil a pesquisa econômica, nos anos recentes, é indicação segura de que a economia deixa de ser entre nós, campo aberto à improvisação para submeter-se a uma disciplina baseada em critérios objetivos. O economista puramente livresco, trabalhando com material de segunda ou terceira mão, alheio à realidade circundante, tirando de falsas analogias conclusões apressadas, cede lugar ao pesquisador sistemático, ao analista criterioso, ao homem de ciência honesto que não se afasta do seu material de trabalho e evita a sedução fácil das soluções pré-fabricadas.”

<sup>14</sup> Ver Bariani (2009)

<sup>15</sup> Correio da Manhã, 27 de abril de 1954, p. 6 “Curso de Ciências Sociais”.

<sup>16</sup> Na edição de julho-dezembro de 1958, por exemplo, lê-se o seguinte: “Aviso aos leitores de *Econômica Brasileira*. Em face do atraso de mais de um ano ocorrido na publicação desta revista, a direção do Clube dos Economistas decidiu que fossem publicados três números duplos seguidos.... Pretende-se, dessa forma, normalizar a publicação da revista, evitando ao mesmo uma interrupção na coleção. Os assinantes de *Econômica Brasileira*, compreendendo as dificuldades que se enfrentaram entre nós para publicar uma revista do nível desta, contribuirão seguramente com o seu apoio e estímulo para que tenha êxito o esforço realizado presentemente pelos membros do Clube de Economistas com o objetivo de não permitir o desaparecimento de uma publicação que já constitui um patrimônio de todos os estudiosos dos problemas econômicos nacionais”

<sup>17</sup> “Ao leitor. Como é de conhecimento geral, esta revista criada por iniciativa de um grupo de economistas visa contribuir para a elevação do nível dos estudos econômicos no país, e não tem finalidade lucrativa. O custeio da revista é realizado pela contribuição de seus fundadores e de seus assinantes; assim, torna-se necessário um esforço contínuo para obtenção de novos leitores, a fim de manter o equilíbrio financeiro da publicação. Se cada assinante atual conseguir ao menos uma nova assinatura, estará assegurada a estabilidade financeira da nossa revista. Caso a nossa publicação esteja agradando a V.S., esperamos contar com sua valiosa cooperação para o fim colimado”. (E.B., 1960)

Esse primeiro volume também justifica a necessidade da publicação na visão de seus editores:

“Falta, entretanto, aos resultados dêsse trabalho a necessária divulgação. A escassez de publicações especializadas condena importantes estudos a uma circulação restrita como documentos internos de certos organismos. Outros aparecem em publicações não especializadas, escapando à grande maioria das pessoas interessadas.”

O corpo redatorial da revista é grande e sofre algumas alterações ao longo do período. A **Tabela 1** descreve os membros do Conselho Redatorial durante todo o período de publicação da revista, indicando se o membro é do Grupo Inicial (GI) desde a criação ou se entrou para o conselho em algum momento posterior (Entrada Posterior – EP).

**Tabela 1 – Membros do Conselho Redatorial:**

| <b>Membro</b>                      | <b>GI/EP</b> | <b>Membro</b>                   | <b>GI/EP</b> |
|------------------------------------|--------------|---------------------------------|--------------|
| Alairo Sá do Valle                 | EP           | João de Mesquita Lara           | EP           |
| Alberto Guerreiro Ramos            | EP           | João Paulo de Almeida Magalhães | GI           |
| Alberto Tângari                    | EP           | Joaquim Ferreira Mângia         | GI           |
| Alexandre Fontanda Beltrão         | EP           | Jorge Monteiro Furtado          | EP           |
| Aluizio B. Peixoto                 | EP           | José de Ribamar Campello        | EP           |
| Américo Barbosa de Oliveira        | GI           | José Gonçalves Carneiro         | EP           |
| Américo Cury                       | GI           | José Octávio Knaak de Souza     | GI           |
| Annibal Villanova Villela          | GI           | José Pelucio Ferreira           | GI           |
| Antônio Cláudio de Lima e Souza    | GI           | José Riveiro de Lira            | EP           |
| Antônio J. Farias                  | EP           | José Zacarias Sá Carvalho       | EP           |
| Casimiro A. Ribeiro                | GI           | Juvenal Osório Gomes            | GI           |
| Celso Furtado                      | GI           | Leon Zeitel                     | GI           |
| Celso Juarez de Lacerda            | EP           | Luiz Carlos de Andrade          | GI           |
| Cleantho de Paiva Leite            | EP           | Luiz L. de Vasconcelos          | GI           |
| Darcílio A. da Conceição           | EP           | Luiz. M Botelho                 | GI           |
| Diogo Adolpho Nunes de Gaspar      | GI           | Mário Magalhães da Silveira     | GI           |
| Domar Campos                       | GI           | Maurice Archer                  | EP           |
| Edson Cezar de Carvalho            | GI           | Moacyr Paixão e Silva           | GI           |
| Eduardo Sobral                     | GI           | Newton Corrêa Ramalho           | GI           |
| Eliseu Alvares Pujol               | EP           | O. A. Dias Carneiro             | EP           |
| Eurico N. Marques                  | EP           | Olindo Mury Knust               | GI           |
| Ewaldo Correia Lima                | GI           | Oscar S. L. Fernandez           | EP           |
| Ézio Távora dos Santos             | EP           | Paulo de Almeida Rodrigues      | EP           |
| Francisco de Oliveira Claussen Jr. | GI           | Paulo H. Pereira Lira           | GI           |
| Francisco M. C. de Oliveira        | EP           | Raymundo de Araújo Castro Filho | EP           |
| Gerson da Silva                    | GI           | Renato Manfredini               | EP           |
| Guilherme Augusto Pegurier         | GI           | Ricardo Moura                   | GI           |
| Heitor Lima Rocha                  | GI           | Romulo Almeida                  | GI           |
| Herculano Borges da Fonseca        | GI           | Ruy Barbosa de Medeiros         | EP           |
| Jacy Miranda                       | GI           | Sebastião A. da Cunha           | GI           |
| Jader F. de Andrade e Silva        | EP           | Sydney A. Latini                | GI           |
| Jaime Magrassi                     | GI           | Thomaz Pompeu Accioly Borges    | GI           |
| Jesus Soares Pereira               | GI           | Thomaz Raposo de Almeida        | GI           |
| João de Mesquita Lara              | EP           |                                 |              |

**Fonte:** Econômica Brasileira, diversos números.

À parte os trabalhos de caráter mais técnico, os temas mais recorrentes em EB eram o desenvolvimento e o planejamento econômico (ou, programação econômica) e o problema da aceleração inflacionária no Brasil. Percebe-se também uma grande preocupação com a escassez de dados e a tentativa tenaz de resolver essa questão. A contabilidade nacional era tratada com grande estima.

Em relação aos autores, a lista também é diversa, mas com muitos autores que não faziam parte do Conselho Redatorial, indicando um debate mais amplo na academia e governo. Entretanto, entre os 10 autores que mais publicaram na revista, 8 eram membros do Conselho Redatorial. Entre os autores que mais publicaram na revista, 64% eram do conselho redatorial, enquanto entre os autores que publicaram somente uma vez na revista, apenas 19% eram do conselho redatorial. A tabela 2 descreve os autores, o número de artigos<sup>18</sup> e sua filiação ao Conselho Redatorial (CR).

A **Tabela 2** traz a relação aos autores estrangeiros e a **Tabela 3**, a lista de documentos oficiais publicados nas páginas de EB. Fica evidente que uma das funções da revista era divulgar as ideias da CEPAL – como bem apontou Bielschowsky – e da teoria keynesiana no Brasil. A **Tabela 4**, por sua vez, mostra a lista de autoridades políticas que tiveram trabalhos – discursos, palestras, etc. – publicados pela revista. Como era de se esperar, as ilhas de excelência da burocracia nacional à época – BNDE e SUMOC –, se destacam.

**Tabela 2.** Autores estrangeiros publicados por E.B.

| Autor  | Instituição                                |
|--|--|
| Raúl Prebisch (1955) “Crescimento demográfico, emprego e formação de capital nos países subdesenvolvidos”                        | CEPAL                                      |
| Nicholas Kaldor (1956) “Evolução capitalista à luz da teoria Keynesiana”,  | Uni. Cambridge                             |
| Jorge Ahumada (1956) “Notas sobre o problema do desenvolvimento regional”,   | CEPAL                                      |
| Juan F. Noyola Vásquez (1957) “A evolução do pensamento econômico nos últimos quatro séculos e sua influência na América Latina” | CEPAL                                      |
| Oswaldo Sunkel (1956) “O modelo de crescimento de Domar”   | CEPAL                                      |
| Oscar Lange (1956) “Problemas de programação nas economias sub-desenvolvidas”  | Uni. Chicago                               |
| John B. Rothrock (1956) “Utilização adequada das reservas monetárias”  | IEI  |
| Oswaldo Sunkel (1957) “Um esquema geral para a análise de inflação”.   | CEPAL                                      |
| Istvan Friss (1958) “A estrutura da oferta e da procura nas economias socialistas”   | ACH  |
| Gunnar Myrdal (1959) “Saúde e desenvolvimento”   |  |
| Aníbal Pinto Santa Cruz (1959) “Estabilidade e Desenvolvimento”  | Uni. Chile<br>(CEPAL)                      |
| Raúl Prebisch (1960) “A CEPAL e o desenvolvimento Econômico da América Latina”   | CEPAL                                      |
| Maurice Dobb (1960) “A polemica sobre a teoria dos preços nos países de economia socialista”                                     | Uni. Cambridge                             |
| Joseph Grunwald (1961) ‘Escola ‘estruturalista’, estabilidade de preços e desenvolvimento econômico – o caso chileno”            | Univ. do Chile                             |
| Regino Boi (1962) “Planejamento econômico em Cuba”   | Ministro da<br>Economia de Cuba<br>(CEPAL) |

**Fonte:** Econômica Brasileira. Na revista, infelizmente, nem sempre se traziam informações sobre os autores, de forma que é possível que algum autor estrangeiro esteja fora dessa lista. IEI = Instituto Estatístico Interamericano; AC = Academia de Ciências da Hungria

Como se vê na **Tabela 5**, Celso Furtado é o autor mais publicado por *Econômica Brasileira*, com 14 textos – artigos, comentários e resenhas – no total. Em seguida aparecem Annibal Villela<sup>19</sup> (9 textos), Américo Barbosa (8 textos), Sydney Latini (6 textos), Ignácio Rangel e Juvenal Osório (ambos com 5 textos). Nenhum desses autores estava diretamente ligado à academia, mas sim a órgãos da burocracia estatal. LOUREIRO (2009, p. 112) relaciona essa característica do grupo ao tipo de texto que era publicado na revista: “their economic writing therefore was essentially essays emphasizing such broad economic issues as development, poverty and industrialization, all seen as problems from a nationalist viewpoint”. De fato, os textos têm em geral um caráter bastante técnico, prático, buscando a compreensão e a solução de um problema concreto. Textos de teoria econômica pura são as exceções. A seguir analisamos alguns desses textos.

<sup>18</sup> O número de artigos descrito aqui desconsiderou o tipo de publicação (artigos ou notas e comentários). Foram incluídos como artigos todas as vezes em que o autor forneceu uma contribuição à revista, desde resenhas, cartas a artigos propriamente ditos.

<sup>19</sup> Annibal Villanova Villela (1926-2000) era economista formado pela Universidade do Brasil, pós-graduado pela Universidade de Estocolmo em 1951 e pela London School no ano de 1952. Foi funcionário do BNDE, da CNI, BIRD, INPES/IPEA, OEA, além de professor na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e na FGV<sup>19</sup>.

O primeiro artigo de Furtado é também o primeiro artigo de *Econômica Brasileira*, sob o título “*O Desenvolvimento Econômico. Ensaio de Interpretação Histórico-Analítica*”. Trata-se de um longo ensaio – para os padrões da revista – com uma análise lógica do processo histórico e sociológico do desenvolvimento econômico. Em um estilo clássico – à Smith e Marx – Furtado trata dos “três aspectos fundamentais do processo econômico”<sup>20</sup>: produção, distribuição e acumulação.

Na edição de Janeiro-Junho de 1958 aparece outro artigo de Furtado, intitulado “*Fundamentos da Programação Econômica*”. Define-se “programação do desenvolvimento” como “uma série de medidas coordenadas tendentes a acelerar o ritmo de crescimento econômico” (FURTADO, 1958a, p. 41). Sobre a teoria do desenvolvimento, diz que esta se baseia em dois pontos principais: “1 – O desenvolvimento consiste ...no aumento da produtividade física do conjunto da fôrça de trabalho... 2 – Logra-se o aumento da produtividade física do trabalho por meio da acumulação de capital e da assimilação do progresso técnico” (FURTADO, 1958a, p. 40).

**Tabela 3.** Documentos Oficiais Publicados em E.B.

| Órgão                    | Título (ano)  |
|--------------------------|---|
| -                        | Resumo da parte dispositiva das principais resoluções adotadas na conferência de ministros da Fazenda, realizada em Quitandinha, em novembro-dezembro de 1954, jan-mar 1955 |
| BNDE-CEPAL               | “Esboço de um programa de desenvolvimento para o Brasil”. Jul-set 1955  |
| BNDE-CEPAL               | “Análise do processo inflacionário no após-guerra”, out-dez 1955  |
| BNDE-CEPAL               | “O problema do café”, abr-jun 1956  |
| GTDNE                    | “Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste”, jan-jul, 1959  |
| Presidência da República | Lei no 3692, Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste   |
| GPGESP                   | “Uma análise da economia paulista”  |
| Governo do ESP           | Lei n5.444, Dispõe sobre medidas de caráter financeiro relativas ao Plano de Ação do Governo.   |
| CEPAL (Delegação Cubana) | “O IX Período de Sessões da CEPAL”, jul 1961  |
| BNDE                     | “O Desenvolvimento Econômico de Cuba”, jul 1961   |
| CEPAL-BNDE               | “O problema do financiamento às exportações: uma solução”, jul 1961   |
| Inst. Bras. do Café      | “Inflação no Brasil”, jan-mar, 1962   |
|                          | “Convênio Internacional do Café a Longo Prazo. Principais Características do Ante-Projeto”, abr-jun, 1962   |

**Fonte:** Revista Econômica Brasileira. GTDNE = Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste; GPGESP = Grupo de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo

Definida a taxa de poupança, há que se definir a distribuição desse excedente. A ideia é que se eliminem os pontos de estrangulamento – como energia, transportes e indústria básica –, o que “acarreta uma imediata melhora na produtividade do conjunto da economia, permitindo utilizar capacidade produtiva antes ociosa”. Ou ainda, que se favoreçam os chamados “pontos de germinação”.

Na edição de julho-dezembro de 1960 aparece o artigo “*Industrialização e Inflação*”, o qual vem a ser um “capítulo de livro a ser publicado próximamente sob o título: *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*”, cuja primeira edição é de 1961 (v. Boianovsky 2012). Em relação às resenhas escritas por Celso Furtado, nosso primeiro registra visa corrigir uma incompletude na lista apresentada pelo “*Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento*”, responsável pelo legado intelectual do autor. Na lista apresentada pelo Centro<sup>21</sup>, ignoram-se ali duas resenhas escritas para a edição de outubro-dezembro de 1956, são elas: (a) Resenha a “*Solidaridad o Desintegración*”, de Gunnar Myrdal, *Econômica Brasileira*, vol 2, no 4, pp. 220-1, outubro-dezembro de 1956, e; (ii) Resenha de “*The Accumulation of Capital*”, de Joan Robinson, *Econômica Brasileira*, vol 2, no 4, pp. 221-2, outubro-dezembro de 1956

Destacamos deste subgrupo de textos de Furtado, suas análises de obras de importantes autores da teoria do desenvolvimento econômico.

Na edição de janeiro-março de 1956 aparece a resenha de Furtado ao livro “*The theory of economic growth*”, de autoria de **Arthur Lewis**. Elogiando as contribuições de Lewis às análises de

<sup>20</sup> FURTADO (1955, p. 4)

<sup>21</sup> [http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_M=109](http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=109)

desenvolvimento, as quais Furtado caracteriza como “excepcionalmente importante(s)”, e destacando que “a êle devemos uma formulação precisa da teoria do excedente de população, peça central do que se poderia chamar de uma teoria do desenvolvimento atrasado”, inicia-se uma série de críticas severas à obra. (v. Boianovsky 2010).

**Tabela 4.** Textos de Autoridades\* Políticas Publicados em E.B.

| <b>Autor</b><br>(Cargo)   | <b>Título</b>   |
|---|---|
| <b>Casimiro A. Ribeiro</b><br>(Chefe da Divisão de Estudos Monetários e Financeiros do Departamento Econômico da SUMOC) | “Consolidação e Análise das Contas das Entidades que Criam Moeda”, abr-jun, 1955                                  |
| <b>Lúcio Meira</b><br>(Ministro da Viação e Obras Públicas – JK)  | “A propagação dos efeitos promocionais da indústria automobilística” jan-jun, 1958                                |
| <b>Herculano Borges da Fonseca</b><br>(Chefe do Departamento Econômico da SUMOC)  | “Sociedades de crédito, financiamento ou investimento”, jul-set 1956  |
| <b>Márcio Lourenço Filho</b><br>(Advogado Chefe da Divisão de Estudos Jurídicos do BNDE)                                | “Estrutura Institucional e Desenvolvimento”, jul-dez 1959   |
| <b>L. C. de Andrade</b><br>(Chefe do Setor de Programação Regional, do Departamento Econômico do BNDE)                  | “O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Reforma Bancária”, jan-ju, 1960                                |
| <b>Paulo de Almeida Rodrigues</b><br>(Chefe do Setor de Coordenação do Serviço de Orçamento da Petrobrás)               | “Relações Interindustriais – Instrumento para Projeto e Análise Econômica”, jan-jun, 1960                         |
| <b>J. F. Mangia</b><br>(Presidente do Conselho de Política Aduaneira)   | “Estatística Econômica – Problemas Atuais”, jul-dez, 1961   |
| <b>Guerreiro Ramos</b><br>(Chefe da Delegação Brasileira na XVI Assembléia Geral das Nações Unidas)                     | “Planejamento no Setor Privado. Características e Vantagens de um Programa Orçamentário Integrado”, jan-jun, 1960 |
|   | “Conselho de Política Aduaneira, suas Atribuições e Funcionamento”, jul-dez, 1960                                 |
|   | “Relatório sobre a situação social do mundo”,   |

**Fonte:** Econômica Brasileira. (\*) Exclusive os membros do Conselho Editorial de E.B, Raúl Prebisch (CEPAL) e Regino Boni (Min. Economia de Cuba)

Em relação ao texto “*Solidaridad o Desintegración*” de autoria de **Gunnar Myrdal**, as palavras de Furtado não poderiam ser mais elogiosas. Diz: “Não sei de livro, escrito por um economista no após-guerra, que se possa comparar a este, pela amplitude do horizonte que descortina, pela segurança com que equaciona os grandes problemas econômicos internacionais de hoje e pela coragem com que ...adverte o leitor contra a mistificação de universalismos de técnicas e objetivos no campo das ciências sociais”.

Na edição de julho-dezembro de 1958 é publicado o texto “Comentários sobre estudos do Professor **Rosenstein-Rodan**” de autoria de Furtado. Trata-se de comentário feito na ocasião da apresentação de “*Notes on the theory of the big push*” na conferência internacional sobre desenvolvimento econômico realizada pela *International Economic Association* no Rio em 1957, publicada como livro em 1961 (v. Boianovsky 2010).

Na edição de janeiro-junho de 1959 aparece a resenha de Furtado a “*The strategy of economic development*” de **Albert Hirschman**. Furtado afirma que a análise desenvolvida por Hirschman na busca pela causa fundamental do desenvolvimento econômico “é particularmente recomendável ao economista de formação típica norte-americana (figura que se reproduz mais e mais entre nós), com sua tendência de refugiar-se em categorias absurdas e inibir-se toda vez que a observação direta do processo social se torna imprescindível”. Alfinetando os monetaristas brasileiros, elogia o fato de que Hirschman chegar “mesmo a reconhecer que a inflação pode ser um mal necessário em certos países subdesenvolvidos”. Assim:

“O fato de que professores de prestígio de universidades como Yale comecem a reconhecer que nossa inflação tem causa estruturais, que não é apenas consequência do ‘mau comportamento’, que a simples redução de investimentos pode causar mais mal que bem, em certas condições inflacionárias, representa para nós uma grande ajuda, pois ainda são muitos os economistas com influência entre nós que só captam a realidade deste mundo em que vivemos quando têm diante dos olhos um texto em língua inglesa editada por uma universidade de prestígio”. (FURTADO, 1959, p. 65)

Furtado também queixa-se do fato de que muito “do que está dito no livro” já ter sido “dito e repetido” por economistas latino-americanos, especialmente os da CEPAL. E “como essa bibliografia é muito bem conhecida de Hirschman ...cabe deduzir que existe um propósito de ignorar a contribuição” cepalina. (FURTADO, 1959, p. 65; v. Boianovsky 2012).

Na edição de julho-dezembro de 1960 há uma reprodução de longos trechos da obra “*Ideologies of economic development in Latin America*” de Albert Hirschman – totalizando sete páginas da revista – intercaladas com comentários de Américo Barbosa. Nas passagens reproduzidas, o que se lê é uma crítica detalhada de Hirschman ao pensamento cepalino. Ao falar da tese da deterioração dos termos de troca (“tese Prebisch-Singer”), diz Hirschman que ela tem “sido calorosamente contestada” e que os dados empíricos que lhe davam suporte “têm sido considerados de todo insuficientes para dar apoio a tão ampla generalização”. Na interpretação do autor americano, o pensamento cepalino é, por um lado, uma busca por culpados alienígenas para a má fortuna dos países latino americanos, de outro, uma defesa do protecionismo e do ativismo estatal.

Américo (1959), porém, discorda da análise de Hirschman. O pensamento cepalino, antes de ser uma espécie de busca por bodes expiatórios, é simplesmente a constatação da realidade. Julga também o esquema de análise é “pobre” ou “quase folclórico”. Hirschman responde às críticas de Américo em uma carta, publicada por E.B. em sua edição de julho-dezembro de 1960. Nas palavras de Hirschman: “Devo confessar minha surpresa ao ver tal artigo uma vez que meu manuscrito foi tão somente uma redação preliminar que distribuí para receber sugestões de alguns amigos pois esperava revê-lo substancialmente antes de publicá-lo”. Por isso, continua o americano, “espero que seus leitores modifiquem seus julgamentos sobre meu ensaio até que tenham visto a versão completa”. (HIRSCHMAN, 1960, p. 127). À essa resposta, Hirschman anexa uma carta escrita endereçada aos editores do *The New York Times*, datada de 19 de setembro de 1960, no qual defende o auxílio financeiro aos países do continente. Esta seria uma forma de refutar a ideia de Américo de que haveria nele um “forte sentimento nacionalista”.

Outra resenha de Furtado que merece destaque é aquela feita ao livro “*Princípios de Economia Monetária*” de autoria de Eugênio Gudín, a qual aparece na edição de abril-junho de 1955. Nessa mesma edição é publicada uma réplica do autor resenhado (v. Boianovsky 2012).

**Américo Barbosa de Oliveira** foi o terceiro autor que mais publicou em *Econômica Brasileira*. Ainda que em termos numéricos Villela esteja à sua frente, os textos de Américo são mais longos, de maior profundidade e alcance. Ele, que foi eleito o primeiro presidente do Clube, é a figura-chave dessa organização, ao lado de Celso Furtado.

O primeiro texto de Américo é “*Consumo de energia no Brasil, 1939-1952*”, o qual aparece na primeira edição de EB em 1955. Na edição de julho-setembro de 1955 ele volta ao tema com o texto “*A Energia no Brasil e na América Latina*”. Na edição seguinte aparece o texto “*Interrelações do Sistema Industrial Brasileiro*”, escrito em parceria com Maurice Archer. Partindo dos trabalhos de Leontieff, buscam os autores analisar a questão para as indústrias de transformação do então Distrito Federal no ano de 1952. Na edição de outubro-dezembro de 1956 sai o artigo “*Uma projeção do consumo de adubos nitrogenados*”. Na primeira edição de EB do ano de 1957 aparece “*Tarifas de Serviço Público e Empresa Privada*”. Na edição seguinte aparece “*O Código de Águas – sua importância e atualidade como instrumento e política econômica*”. São todos esses trabalhos, ainda que relevantes, de caráter extremamente técnico.

Na edição de julho-dezembro de 1957 texto é publicado o artigo “*Educação, um investimento a longo prazo*”, esse merece uma atenção maior por dois motivos. Primeiro por ser menos técnico e, segundo, por ter sido citado em um contexto negativo por Fernando de Holanda Barbosa Filho e Samuel Pêssoa, em artigo publicado em 2009. Dizem os autores:

“...aos olhos de hoje, é difícil entender que a sociedade tenha se mobilizado pelo ‘petróleo é nosso!’ e que não tenha havido movimento equivalente pelo ensino básico público universal e de qualidade. Evidentemente, inúmeras motivações devem explicar esta escolha. Certamente uma delas deve ser a falta de diagnóstico que havia na época. Acreditava-se que educação e saúde eram consequência do desenvolvimento econômico em vez de mola propulsora. O trabalho de Américo Barbosa de Oliveira publicado no fascículo de julho-dezembro de 1957 da revista *Econômica*

*Brasileira*, intitulado “Educação um investimento a longo prazo,” expressava de forma cristalina esta visão” (Barbosa Filho & Pêsoa, 2009, p. 70)

Os autores destacam, então, o seguinte trecho do trabalho de Américo:

“Embora a educação ou a saúde pública sejam fatores necessários ao desenvolvimento econômico, isso não significa que constituam a mola desencadeadora do processo de desenvolvimento, a ponto de justificar absorção de recursos excessivos em prejuízo de investimentos industriais, maquinaria agrícola, abastecimento de energia elétrica, etc.” (OLIVEIRA, 1957, p. 391)

OLIVEIRA (1957, p. 397) chama ainda a atenção para o “perigo constante de exagero dos investimentos em educação e saúde em prejuízo dos outros setores”. Barbosa Filho & Pêsoa (2009) estão corretos ao apontar esse pensamento de Américo como exemplo do descaso que se teve em relação à educação no Brasil, em comparação ao acúmulo de capital físico, como estratégia de desenvolvimento econômico. Injusto, porém, é insinuar que esse descaso seja culpa dos autores nacionalistas (como sugere a referência ao “petróleo é nosso”), quando os liberais da FGV-RJ – casa de Barbosa Filho e Pêsoa – e da USP foram os principais *policymakers* durante o regime militar (1964-1985), época em que o país cresceu a taxas vertiginosas, mas a situação do povo em termos de distribuição de renda, educação e saúde, por exemplo, pouco avançou ou mesmo regrediu.

Na edição de janeiro-junho de 1959 texto é publicado “*Planejamento Econômico: da estratégia e da tática na execução da ação planejada*”, no qual Américo busca tratar da “arte de execução do plano econômico no Brasil”. Trata-se de um texto algo polemista, uma espécie de “*que fazer?*” dos nacionalistas. Segundo Américo: “Depois de anos de debates, chegamos, no Brasil, à conclusão pacífica, creio eu, de que a ação econômica planejada é um imperativo para países como o nosso, pois, persistir nos preconceitos da velha corrente liberal ...significa ficar à mercê do planejamento de outras economias mais desenvolvidas e servir de campo de operação ao planejamento de grupos monopolistas internacionais”. Em sua leitura, as finalidades do planejamento dizem respeito a “execução de medidas para evitar surgimento dos desequilíbrios fundamentais que decorrem do próprio desenvolvimento e que, em seguida, provocam redução o ritmo de expansão” (OLIVEIRA, 1959, p. 45).]

Tratando das divergências à época, Américo trata da seguinte forma as “duas correntes de opinião” que se enfrentavam no Brasil: “A primeira não atribui importância ao problema do desenvolvimento com autonomia; é **cosmopolita**, ou entreguista, segundo a pitoresca expressão popular. A segunda corrente é designada por **nacionalista**, em virtude da precedência que reserva ao desenvolvimento autônomo”. Essa ideologia cosmopolita, diz Américo, predominava no “grande partido de oposição, a UDN”, como também no PSD. “Segundo a ideologia cosmopolita, é impossível e, mesmo, inconveniente, lutar contra os grupos monopolistas, sendo portanto a submissão um preço a pagar”. (OLIVEIRA, 1959, p. 47-8).

Em relação aos **nacionalistas**, Américo afirma que ela é “muito menos definida” que a anterior, e que seu “aparecimento é consequência do surgimento de novas bases na estrutura da economia brasileira”. Diz ainda que “o nacionalismo ...corresponde ao ideal de maior autonomia econômica”, mas que esse objetivo não afasta a possibilidade de se “utilizar, em certos setores, o capital estrangeiro ou a tecnologia estrangeira”. Era bastante comum entre os autores de EB esse tipo de análise. Como se a industrialização brasileira, ao transformar a infraestrutura, levasse a modificações na superestrutura, sendo que o nacionalismo econômico era a expressão dessa mudança. Os nacionalistas se apresentavam como a vanguarda, ao passo que os liberais seriam aqueles associados aos interesses do complexo primário-exportador e/ou ao capital estrangeiro.

Outro autor, cuja produção merece ser vista com maiores detalhes, é Ignácio Rangel (1914-1994). Rangel formou-se em Direito e, em 1954, realizou um curso de especialização em Economia na CEPAL, em Santiago do Chile. Integrou o ISEB, bem como o Clube de Economistas. Fez parte da Assessoria Econômica do governo democrático de Vargas, ingressando no BNDE em 1955. Segundo Bresser-Pereira & Rêgo (1993), ele é – ao lado de Furtado – o mais original dos economistas brasileiros.

O primeiro texto de Rangel em EB é “*Industrialização e agricultura*”, que aparece na edição de outubro-dezembro de 1955. Trabalho de fôlego curto, que não chega ocupar duas páginas da revista. É com “*Iniciativa privada e pública*”, publicado na edição julho-setembro de 1956, que Rangel expõe seu



pensamento com maior profundidade. Partindo da observação de que o país dividia-se entre “correntes privatistas e correntes estatistas”, o autor busca apresentar uma visão moderada sobre o tema, destacando a complementariedade entre o Estado e a iniciativa privada.

Na edição de janeiro-junho de 1958 aparece “*O problema da formação de capital*”. O primeiro ponto afirmado por Rangel – como comum na tradição keynesiana do período – era de que a “simples reprodução do capital pode importar, e usualmente importa, em desenvolvimento”. Isto é, o novo capital traz também a nova tecnologia. “Segue-se que há uma taxa importante de crescimento econômico, na reposição simples do capital, nos países que, como o nosso, estão incorporando gradualmente técnica importada ...muito superior à anteriormente usada”. O autor passa então a fazer críticas sobre a limitação da contabilidade social, da qual escapariam fenômenos importantes que se desenrolam no âmbito da produção agrícola voltada para o consumo próprio, entre outros. Ao analisar o problema das unidades agrárias e da indústria no país, o autor volta-se também para a questão da reforma agrária. Em relação à “violenta inflação” que o país vivia à época, Rangel afirma que ela “não passa de um processo de deliquescência da moeda, causada diretamente pelo déficit do setor público”. Rangel mudará, como veremos, radicalmente seu diagnóstico sobre o processo inflacionário no Brasil.

Rangel critica também a *Instrução 113 da Sumoc*<sup>22</sup>, quando afirma que o “Estado brasileiro ...está oferecendo aos inversionistas estrangeiros vantagens que deixam os inversionistas nacionais em condições evidentes de inferioridade” (p. 36). Na edição de julho-dezembro de 1960 aparece o texto “*As etapas do desenvolvimento brasileiro*”. Trata-se de um texto curto, no qual Rangel analisa a economia brasileira desde seu período colonial. Entende o autor a “revolução de 1930” como a “expressão concreta desse movimento” de redução das forças do latifúndio exportador em favor da “classe de empresários capitalistas” e do proletariado urbano. (p. 110). O autor fecha o texto com argumentos apologeticos à reforma agrária, tese cara aos nacionalistas.

Na edição de abril-junho de 1962 – a derradeira de EB – aparece “*A inflação brasileira*”, mesmo título de uma de suas mais famosas obras, publicada no ano de 1963<sup>23</sup>. A tese central da obra de 1963 já aparece no artigo de 1962. O texto é uma crítica aos diagnósticos de ortodoxos e estruturalistas a respeito do processo inflacionário brasileiro. Enquanto os primeiros criam ser possível resolver o problema através do “expediente elementar de equilibrar o orçamento”, os segundos ‘se lançaram à absurda tarefa de determinar a etiologia de um fenômeno inexistente [refere-se a tese da inelasticidade da oferta de alimentos], transferindo o problema para o campo setorial e complicando-o desnecessariamente”. (RANGEL, 1962, pp. 128-9).

Outra figura que nos parece merecer destaque é Hélio Jaguaribe, cujo texto “*Desenvolvimento Econômico Programado e Organização Política*” aparece na edição de julho-dezembro de 1961. Jaguaribe – importante lembrar – foi figura destacada no IBESP e no ISEP. No texto, Jaguaribe começa por apresentar as limitações das análises de desenvolvimento que se utilizam da renda per capita de um dado país em comparação com a renda americana. Os dois problemas apontados pelo autor são: esse método tenderia a favorecer países com pequena população e, mais importante, a insuficiência desse método para capturar o que é, de fato, desenvolvimento econômico. O qual o autor define como “um processo social global, só por facilidade metodológica ...se podendo falar de desenvolvimento econômico, político, cultural e social” (JAGUARIBE, 1961, p. 99). Na interpretação do autor, o desenvolvimento econômico não se resume ao processo quantitativo do crescimento econômico. E o primeiro é um processo característico da cultura ocidental pós-Renascimento, enquanto o último pode ser observado em outras épocas e culturas. Na definição do autor desenvolvimento “é o processo histórico-social de uma comunidade enquanto se oriente realmente para sua crescente racionalização”.

Ainda que EB fosse um veículo nacionalista, publicou-se aí também textos de autores liberais e que se tornariam figuras proeminentes do regime militar. Por exemplo, na edição de outubro-dezembro de 1956 são publicados os trabalhos de Eugênio Gudín – “*Quem perde na inflação*” – e de Octávio Gouveia de Buhões – “*O ensino de economia no Brasil*”. O texto de Gudín discute o que o autor chama de inflação schumpeteriana, tema debatido no Congresso da Associação Econômica Internacional que se realizara em

---

<sup>22</sup> Ver Caputo & Melo (2009)

<sup>23</sup> Rangel (1986[1963]) “A inflação Brasileira”, Ed. Bional.

Roma. Já o texto de Bulhões é a reprodução de uma conferência realizada pelo autor na Faculdade de Economia da Universidade Católica, na cidade de Porto Alegre. Bulhões começa citando e louvando o trabalho do Visconde de Cairu, o patrono da ciência econômica em nosso país, para adiante criticar o **sistema de licenças prévias de importação**, as quais, segundo o autor, geravam “arbitrária discriminação na distribuição de cambiais”. De tal modo que, “por meio de categorias, ou se ameaça a estabilidade de algumas indústrias, ou se protege, noutros casos, de maneira escandalosa” (p. 201). E critica o silêncio dos nacionalistas sobre os lucros exorbitantes obtidos por empresas estrangeiras que exploravam a produção de bens supérfluos, tornados virtualmente proibidos pelo sistema de licenças. Adiante o autor louva a FGV, a qual contribuiu para que o “estudo da economia se tenha desenvolvido bastante nesses últimos anos no Brasil”.

Na edição de janeiro-junho de 1959 EB reproduz o texto “*Uma nota sobre a equação a diferenças finitas que descreve o modelo de Celso Furtado*” de autoria Antonio Delfim Netto da Universidade de São Paulo. Delfim viria a se tornar o “czar” da economia brasileira durante os governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo. O texto, originalmente, havia sido publicado na *Revistas dos Mercados*, em 1958. Trata-se de um trabalho bastante formalizado, fugindo do padrão típico de artigo publicado em EB. Diz Delfim:

Em seu livro [refere-se à obra *Economia Brasileira*, de 1954] Celso Furtado propõe um modelo de desenvolvimento econômico que pode ser facilmente expresso em termos de uma equação a diferenças finitas. O objetivo do presente trabalho é construir essa equação, de maneira a tornar mais simples a comparação entre este modelo e os já construídos por Domar, Harrod, Lundberg e outros”. (Delfim Netto, 1959, p. 58)

Na edição de julho-dezembro de 1959 aparece o artigo “*Nacionalismo e desenvolvimento econômico*” de Ernane Galvêas. Galvêas tinha treinamento acadêmico em Economia, tendo concluído o mestrado na prestigiosa Universidade de Yale em 1959. Era à época Chefe Adjunto do Departamento Econômico da SUMOC, e se tornará presidente do BCB durante os governos Costa e Silva e Médici e Ministro da Fazenda no governo Figueiredo, intitulado “. Trata-se da transcrição de seu discurso na “aula inaugural do ano letivo de 1960, proferida nas Faculdades de Direito, Economia e Ciências Contábeis da SUESP”.

A questão fundamental para os países subdesenvolvidos, diz o autor, é o comércio internacional. O autor passa então a criticar a teoria tradicional de comércio internacional, os modelos tanto de Ricardo como Hecksher e Ohlin, e a defender a substituição de importações como “única solução”. Seu argumento baseia-se em larga escala na ideia da diferença da elasticidade renda das exportações de bens primários e manufaturados, de Prebisch e Singer, ambos citados explicitamente pelo autor<sup>24</sup>.

Outra figura inesperada a publicar em EB foi Mário Henrique Simonsen, que seria Ministro da Fazenda no governo Geisel e do Planejamento no início do governo Figueiredo. Seu trabalho “*Capital de giro para financiamento de vendas*” apareceu na edição julho-dezembro de 1958. Trata-se de trabalho técnico e matematizado – especialmente para os padrões de EB – sobre matemática financeira, área de estudo do jovem engenheiro Simonsen. Deve-se ressaltar também a publicação de artigos de importantes membros da CEPAL (Prebisch, Sunkel, Noyola Vasquez, entre outros), provavelmente a convite de Furtado.

## Conclusão

Apesar de *Econômica Brasileira* ter acabado na sua edição Abril-Junho de 1962, neste volume foi divulgada a lista de trabalhos a serem publicados na edição seguinte. A revista acaba, pois, de forma abrupta.

Há aqui uma ambiguidade que ainda não conseguimos resolver. A numeração da revista acaba, de fato, em 1962, mas é sabido que, desde o início, a revista saiu com “atraso de mais de ano”<sup>25</sup>. Há, porém, duas fontes que dizem que a revista e o Clube acabaram apenas em 1964. Caputo & Costa (2009) assim definem *Econômica Brasileira*:

---

<sup>24</sup> “...o grande economista Raul Prebisch” (p. 111)

<sup>25</sup> *Econômica Brasileira*, aviso aos leitores na edição de junho-dezembro de 1957.

Revista trimestral editada pelo Clube dos Economistas, considerada órgão de divulgação do pensamento heterodoxo, progressista ou de esquerda, opondo-se à linha de publicações da Fundação Getúlio Vargas, onde predominavam orientações ortodoxas. Criada em 1955, o Clube enfrentou desde o início dificuldades financeiras para sustentar sua publicação. [...] **Foi extinta em 1964.** (CAPUTO & COSTA, 2009, p. 332. Grifos nossos)

Annibal Villela, o segundo autor com maior número de textos na revista, em depoimento afirmou: “Preocupado em estimular a publicação de jovens economistas, Celso [Furtado] fundou, em 1955, a Revista Econômica Brasileira, que **durou até 1964**, editada pelo Clube dos Economistas, sociedade civil criada sob sua inspiração”.

Sendo em 1964, torna-se mais fácil explicar o desaparecimento repentino da revista. Afinal, Celso Furtado fazia parte da lista de cem figuras sem cargo eletivo que tiveram seus direitos políticos cassados por dez anos pelo primeiro Ato Institucional do regime militar. Durante sua curta duração, o Clube de Economia e a EB constituíram um importante esforço de articular o debate econômico brasileiro em torno de questões relativas à teoria e política do desenvolvimento econômico, refletindo em boa parte a agenda de pesquisa do próprio Celso Furtado.

## Referências

Barbosa Filho, F. H., & Pêsoa, S. (2009) “Educação, crescimento e distribuição de renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica” in Veloso et al (org.) *Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Ed. Campus.

Bariani, E (2005). *Uma intelligentsia nacional: grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo*. Caderno CRH, v. 18, n. 44.

Bielschowsky, R. (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.

Boianovsky, M. (2010). A view from the tropics: Celso Furtado and the theory of economic development in the 1950s. *History of Political Economy*. 42: 221-66.

Boianovsky, Mauro. (2012). Celso Furtado and the structuralist-monetarist debate on economic stabilization in Latin America. *History of Political Economy*. 44: 277-330.

Bresser-Pereira, L. C, & Rego, J. M. (1993). Ignacio Rangel. *Revista de Economia Política*, 13(2), 50.

Bresser-Pereira, L. C. (2005). “Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência” in Toledo (org.) *50 anos do ISEB*. São Paulo, Editora UNESP.

Caputo, A. C., & Melo, H. P. D. (2009). A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos* 39(3), 513-538

Caputo, A. C. & Costa, G.M. de M. (2009) “*Memórias do Desenvolvimento: Notas Técnicas*”. Disponível em [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231706220.MD3\\_0\\_277.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231706220.MD3_0_277.pdf)

D'Araujo, M. C. (1999). “*Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*”, Editora FGV.

Delfim Netto, A. (1959) “Uma nota sobre a equação a diferenças finitas que descreve o modelo de Celso Furtado”, *Econômica Brasileira*, n. 1 e 2, vol. 5, jan-jun, pp. 58-61.

Diário de Notícias (1955) “*Revista Especializada de Economia*”. Sábado, 16 de Abril de 1955, p. 6, segunda seção.

Furtado, C. (1955a) “O Desenvolvimento Econômico. *Econômica Brasileira*, n 1, vol 1, jan-abr. pp. 4-23.

Furtado, C. (1955b) “Princípios de Economia Monetária – Eugênio Gudín”. *Econômica Brasileira*, n2, vol. 1, abr-jun, pp. 120-3.

Furtado, C. (1956a) “Resenha: The Theory of Economic Growth de W. Arthur Lewis”, *Econômica Brasileira*, n.1, vol.2 jan-mar, pp. 51-2.

Furtado, C. (1956b) “Resenha a *Solidaridad o Desintegración* de Gunnar Myrdal”, *Econômica Brasileira*, vol 2, no 4, pp. 220-1, out-dez, pp.

Furtado, C. (1958a) “Fundamento da Programação Econômica” *Econômica Brasileira*, n. 1 e 2, vol. 4, jan-jun, pp. 39-44

- Furtado, C. (1958b) “Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan”, *Econômica Brasileira*, n 3 e 4, vol. 4, jul-dez, pp. 119-126.
- Furtado, C. (1960) “Industrialização e Inflação” *Econômica Brasileira*, n. 3 e 4, vol. 4, jul-dez, pp. 74-91.
- Furtado, C. (1985). *A fantasia organizada* (Vol. 89). Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Galvêas, E. (1959) “Nacionalismo e Desenvolvimento Econômico”, *Econômica Brasileira*, n. 3 e 4, vol 4.. jul-dez, pp. 103-16.
- Gaspar, D.A. N. (1960) “O Economista e o Desenvolvimento Econômico”, *Econômica Brasileira*, n 1 e 2, vol. 6, jan-jun, pp. 30-6.
- Gudin, E. (1952). O caso das nações subdesenvolvidas. *Revista Brasileira de Economia*, 6(3), 47-77.
- Gudin, E. (1955) “Observações do Prof. Eugênio Gudín” *Econômica Brasileira*, n2, vol. 1, abr-jun, pp. 123-5.
- Henderson, J. (1983). The oral tradition in British economics: influential economists in the Political Economy Club of London. *History of Political Economy*. 15: 149-79.
- Hirschman, A. O. (1960) “Notas e Comentários”. *Econômica Brasileira*, n. 6, jul-dez, pp. 127-130.
- Jaguaribe, H. (1961) “Desenvolvimento Econômico Programado e Organização Política”, *Econômica Brasileira* n 3 e 4, vol. 7, jul-dez, pp. 99-118.
- Lira, P. P. (1955) “A Missão do Economista”. *Econômica Brasileira*, n 1, vol 1, jan-abr. pp. 30-33.
- Loureiro, M. R. (1992). Economistas e elites dirigentes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7(20), 47-60.
- Loureiro, M. R. (2009), in Montecinos, V., & Markoff, J. (Eds.). *Economists in the Americas*. Edward Elgar Publishing.
- Nurkse, R. (1953). Notas sobre o Trabalho do Sr. Furtado Relativo a “Formação de Capitais e Desenvolvimento Econômico”. *Revista Brasileira de Economia*, 7(1), 67-87.
- Oliveira, A. B. (1958) “Planejamento Econômico: Da Estratégia e Tática na Execução de Ação Planejada”. *Econômica Brasileira*, n. 1 e 2, vol. 4, jan-jun, pp. 45-53
- Oliveira, A. B. (1959) “Resenha: Ideologias do Desenvolvimento na América Latina de Albert Hirschman”, *Econômica Brasileira*, n. 3 e 4, vol. 5, jul-dez, pp. 123-135.
- Oliveira, A.B. (1957) “Educação um Investimento a Longo Prazo”, *Econômica Brasileira*, n. 3 e 4, vol. 3, jul-dez, pp. 390-400.
- Rangel, I. M. (1955) “Industrialização e Agricultura” *Econômica Brasileira*, n4, vol. 1, out-dez, pp. 248-9
- Rangel, I. M. (1956) “Iniciativa pública e privada” *Econômica Brasileira*, n3, vol. 2, jul-set, pp. 133-41.
- Rangel, I. M. (1958) “O problema da formação de capital” *Econômica Brasileira*, n. 1 e 2, vol. 4, jan-jun, pp. 23-38.
- Rangel, I. (1960) “As Etapas do Desenvolvimento Brasileiro”, *Econômica Brasileira*, n. 3 e 4, vol. 4, jul-dez, pp. 108-17
- Rangel I. (1962) “A Inflação Brasileira”, *Econômica Brasileira*, n. 2, vol. 8, abr-jun, pp. 120-30
- Simonsen, M. H. (1958) “Capital de Giro para Financiamento de Vendas”, *Econômica Brasileira*, n. 1 e 2, vol. 4, jan-jun, pp. 127-136.
- Sola, L. (1998). *Idéias econômicas, decisões políticas*. Edusp.
- Tavares, M. D. C. (2010) O papel do BNDE na industrialização do Brasil: os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980. *Memórias do Desenvolvimento*, 4.
- UNESCO (1956) “*International Social Science Bulletin*. A Quarterly Bulletin Published by Unesco”, vol. VIII, n. 2.